

A decadência da cafeicultura fluminense e seus efeitos na diversificação agrícola da região (1889-1930)¹

Wilson Vieira²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo expor a lenta decadência da cafeicultura fluminense, que se inicia em 1882 e que se prolonga até 1930, mostrando quais foram suas conseqüências na colonização, nos transportes, na tecnologia empregada na produção e na comercialização. Será visto também como as autoridades da Província/Estado do Rio de Janeiro, através das tentativas de diversificação agrícola, tentaram combater a queda crescente de arrecadação de impostos por parte da sua principal fonte, o café, que não surtiu, contudo, o efeito esperado, dado que este produto continuou sendo ainda o principal arrecadador.

Introdução: quadro geral da economia no período

A partir de 1882 se inicia a derrocada cafeeira no Rio de Janeiro, que já vinha sofrendo de um processo de lenta agonia. Basicamente, as razões da crise da cafeicultura foram se desenhando na continuação da crise do escravismo, nas técnicas predatórias na produção agrícola, nas terras cada vez mais inférteis e na mão-de-obra cada vez mais cara.

Junto a essa crise ocorre a decadência do Império, que se manifesta nas conseqüências da Guerra do Paraguai, entre os militares, no crescimento das idéias republicanas (inclusive e principalmente no meio militar) e no movimento abolicionista, que ganhava cada vez mais força.

Esse quadro de dificuldades é mais do que visível na segunda metade da década de 1880, principalmente no Rio de Janeiro, devido aos fatores acima. Entretanto, em São Paulo estava em curso a euforia do café – que passaria a sofrer crises de superprodução a partir de 1905, com as autoridades do Estado de São Paulo utilizando as políticas de valorização (1906;

¹ Este artigo é uma forma resumida do segundo capítulo da Dissertação de Mestrado do autor. Ver Vieira (2000).

² Mestre – Unicamp. Instituto de Economia (IE)/Professor – Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP).

1917/1918; 1920/1921) e a defesa permanente (a partir de 1924), com o fim de garantir os preços do café no mercado internacional.

A política econômica durante todo o período da República Velha é marcada por reformas monetárias radicais (Visconde de Ouro Preto, Rui Barbosa, Joaquim Murinho), reformas bancárias também radicais, além do jogo do encilhamento (alta prolongada de ações da Bolsa de Valores).³

Evolução da cafeicultura no período

Antes de iniciarmos nossa análise da lenta agonia da cafeicultura fluminense, é necessário que façamos uma subdivisão do Estado do Rio de Janeiro em 4 zonas cafeeiras produtoras (cf. Mello, 1993: 90):

i) Zona Serrana do Vale Sul do Paraíba (Barra Mansa, Barra do Piraí, Piraí, Paraíba do Sul, Petrópolis, Resende, Sapucaia, Santa Teresa, Valença e Vassouras) ou porção ocidental do Vale do Paraíba (como comumente se denomina): na maioria destes municípios desenvolveu-se a grande cafeicultura escravista fluminense;

ii) Zona Serrana do Centro (Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Duas Barras, Nova Friburgo, São Francisco de Paula, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Sumidouro) ou porção oriental do Vale do Paraíba (como comumente se denomina): para onde se expandiu a cafeicultura a partir de meados da década de 1860;

iii) Zona Norte Fluminense ou do Vale Norte do Paraíba (Campos, Cambuci, Itaocara, Itaperuna, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua): última região de expansão da cafeicultura já depois da derrocada do Vale Sul do Paraíba (a partir de 1890), prolongamento e continuação da expansão da porção ocidental do Vale do Paraíba;

iv) Zona Litorânea ou da Baixada (Angra dos Reis, Araruama, Barra de São João, Cabo Frio, Capivari, Casimiro de Abreu, Iguazu, Itaboraí, Itaguaí, Macaé, Mangaratiba, Maricá, Rio Bonito, Rio Claro, São João Marcos, Sant'Ana do Japuíba): região que sempre teve pouquíssima participação na produção cafeeira fluminense.

³ Para maiores detalhes sobre o encilhamento, ver Tannuri (1977).

Após a grande expansão na Zona Serrana do Vale Sul do Paraíba, a atividade cafeeira continua a crescer na Zona Serrana do Centro, destacando-se o município de Cantagalo. No final do século XIX, as duas regiões, juntas, produziam 85% do café do Rio de Janeiro.

Depois de atingir o seu ponto máximo na safra 1882-1887, a produção caíria, gradativamente, no resto da década de 1880 e, fortemente, na década seguinte. Tomando por base a Tabela 1, percebe-se claramente a decadência da cafeicultura do Rio de Janeiro em relação às outras regiões produtoras, a partir da década de 1890, principalmente São Paulo, que passa a liderar a expansão cafeeira.

Tabela 1
Produção exportável de café das principais regiões produtoras
(em sacas)

Anos (média do período)	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo
1881/1890	2.176.000	2.138.000	1.200.000	250.000
1891/1900	911.000	4.775.000	1.787.000	416.000
1901/1910	995.000	9.252.000	2.772.000	579.000
1911/1920	812.000	9.306.000	2.446.000	700.000
1921/1930	945.000	11.131.000	3.445.000	1.210.000

Fonte: Cano (1985) apud (SP, RJ e MG): Taunay (1943), Fraga (1963) (Dados ajustados aos de Taunay); (ES): Rocha & Cossetti (1983).

Contudo, observando mais detidamente a Tabela, percebemos uma violenta queda da produção na década de 1890, mantendo-se até 1930, com a produção oscilando em torno de 920 mil sacas.

A drástica diminuição da produção exportável do Rio de Janeiro na década de 1890, comparada à década anterior, nos mostra o sinal da derrocada cafeeira na região ocidental do Vale do Paraíba.

Na primeira década do século XX ocorre ligeiro aumento na produção exportável, causado pelas super safras ocorridas em todas as principais regiões produtoras cafeeiras entre 1900 e 1904 (cf. Fraga, 1963: 15).

Outra possível explicação pode ser vista no trabalho de Santos e Mendonça (1992), que afirmam, tomando por base o *Questionário sobre as Condições da Agricultura nos Quarenta e Oito Municípios do Estado do Rio*

de Janeiro (1910-1913), que em 1910 já era possível se verificar o despontar de novas áreas de plantio do Norte Fluminense (cf. Santos & Mendonça, 1992: 3-4), passando a ser a principal região produtora (ver Tabela 2). Esses novos plantios apenas evitaram uma derrocada ainda maior.

Na década seguinte verifica-se o quadro de decadência mais acentuado observado na Tabela 1, como reflexo da tendência declinante da produção cafeeira na maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, mesmo com o enorme aumento da produção nos municípios de Itaperuna e Santo Antônio de Pádua (do Norte Fluminense), que foram, respectivamente, de 343,8% e 264,1%. Esses municípios “foram responsáveis, sozinhos, por 52% do total produzido pelos dez maiores núcleos cafeeiros do Estado ou ainda por 38% da produção total de 1920 (...)” (Santos & Mendonça, 1992: 6).

Tabela 2
Produção cafeeira no Estado do Rio de Janeiro: dez maiores municípios produtores
(em toneladas)

Anos			
1910		1920	
Município	Produção	Município	Produção
Zona Serrana do Vale Sul do Paraíba		Zona Serrana do Vale Sul do Paraíba	
Paraíba do Sul	5.100	Paraíba do Sul	5.520
Sta. Teresa	4.050	Valença	2.440
Zona Serrana do Centro		Zona Serrana do Centro	
S. Francisco de Paula	5.400	Sta. M ^a Madalena	3.193
Bom Jardim	4.800	Bom Jardim	3.181
Cantagalo	4.500	Zona Norte Fluminense	
Sta. M ^a Madalena	3.750	Itaperuna	16.641
Zona Norte Fluminense		Sto. Antônio de Pádua	14.485
Sto. Antônio de Pádua	3.978	Cambuci	5.799
Itaperuna	3.750	São Fidélis	2.083
São Fidélis	3.000	Campos	2.639
Cambuci	3.539	Zona Litorânea	
		Macaé	2.694

Fonte: *Questionário sobre as Condições da Agricultura nos Quarenta e Oito Municípios do Estado do Rio de Janeiro (1910-1913)* e *Censo de 1920* apud Santos & Mendonça (1992).

No tocante à década de 1920, percebe-se uma recuperação da produção exportável, por causa da ocorrência de super safras em todos os

principais estados produtores em 1920/1921, 1923/1924 e 1925/1926 (cf. Fraga, 1963: 16), como consequência das políticas de valorização de 1918 a 1921 e da defesa permanente a partir de 1926, que estimulou a expansão dos plantios.

Em termos de informações sobre os plantios ocorridos no Estado do Rio de Janeiro em particular (Tabelas 3 e 4), tecemos algumas observações:

i) Os dados obtidos por zonas produtoras do Estado do Rio de Janeiro estão muito dispersos: encontramos para o ano de 1883 isoladamente na obra de Laerne (1885), no Censo de 1920 e no Anuário Estatístico do Café de 1934, não nos permitindo, assim, montarmos uma série estatística satisfatória sobre os plantios ocorridos entre 1883 e 1930, mostrando-nos somente indícios dos comportamentos das zonas cafeeiras;

ii) Através dos dados obtidos podemos afirmar apenas que, para o período 1883-1920, temos indícios de expansão do plantio, sem nenhum dado concreto de quando se deu e qual o número de cafeeiros. Há somente indicações do aumento de participação dos plantios na Zona Norte Fluminense (que passa a ser a principal região produtora), seguida da Zona Serrana do Centro (região um pouco mais antiga), do Vale do Paraíba e da Zona Litorânea (apresentando sempre a menor participação). Uma fonte um pouco mais segura pode ser vista em Vieira (2000, tab. 19), indicando o desempenho dos principais municípios cafeeiros em termos de produção exportável;

iii) Para as décadas de 1920 e 1930, os dados já são anuais – porém não desagregados por zonas cafeeiras – mostrando a expansão do plantio dos cafezais no Estado do Rio de Janeiro, como consequência das valorizações e da defesa permanente.

Cabe aqui afirmar, ainda, que a lenta agonia da cafeicultura fluminense deveu-se não só às valorizações, mas também ao fato de ser um dos produtos que mais contribuía na arrecadação de impostos, mesmo apresentando queda crescente, chegando as autoridades estaduais a incentivarem políticas de diversificação agrícola.

Tabela 3
Lavoura cafeeira fluminense: número de cafeeiros existentes

Zonas Cafeeiras	Anos							
	1883		1920			1933 ⁽¹⁾		
	N. de Propr.	Cafeeiros	N. de Propr.	Cafeeiros	N. de Propr.	Mais de 4 anos de idade e produzindo	Cafeeiros Menos de 4 anos de idade e não produzindo	Total
Serrana do Vale Sul do Paraíba	164	33.569.543	1.830	31.852.034	763	37.279.869	1.849.989	39.174.858
Serrana do Centro	61	10.066.000	2.360	30.215.187	1.621	49.745.523	3.640.270	53.385.793
Norte Fluminense	79	5.697.000	4.788	82.714.419	5.631	154.699.497	6.845.723	161.545.220
Litorânea	47	2.575.000	1.788	10.788.072	1.374	22.918.770	1.339.930	24.258.700
Total	351	51.907.543	10.766	155.569.712	9.389	264.643.659	13.720.912	278.364.571

⁽¹⁾ Ano agrícola de 1932/1933.

Fonte: Laerne (1885), *Censo de 1920 e Anuário Estatístico do Café* (1934).

Tabela 4
Número de cafeeiros existentes nas regiões produtoras

Anos	Estados produtores					Brasil
	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Outros Estados	
1920	155.569.712	823.942.616	488.036.200	114.583.122	1.813.881	1.708.418.893
1921	160.239.100	843.592.700	511.252.100	122.500.000	-	1.780.855.850
1922	160.700.000	871.897.400	519.300.000	124.700.000	-	1.832.359.160
1923	161.000.000	899.239.100	533.200.000	126.000.000	-	1.883.724.300
1924	162.500.000	949.149.450	546.900.000	128.220.000	-	1.956.916.600
1925	163.200.000	951.288.450	560.700.000	161.500.000	-	2.021.342.850
1926	165.000.000	966.142.590	574.500.000	194.800.000	-	2.099.643.490
1927	172.000.000	1.047.496.350	588.284.500	237.934.900	-	2.253.180.950
1928	193.631.750	1.123.232.770	600.901.000	241.892.700	-	2.381.604.200
1929	201.804.680	1.152.520.960	623.118.600	256.158.100	-	2.482.584.200
1930	210.505.000	1.188.058.350	650.961.700	265.932.000	-	2.587.845.700
1931	213.818.900	1.265.151.750	665.118.300	271.400.200	-	2.697.570.500
1932	220.000.000	1.438.916.470	670.563.830	240.000.000	-	2.811.947.500
1933	278.364.571	1.475.000.000	745.300.000	237.500.000	-	2.978.400.000
1934	278.979.000	1.384.519.500	718.200.000	236.854.000	-	2.846.311.300

Fonte: *Anuário Estatístico do Café* (1939/1940).

Influências da decadência cafeeira fluminense na colonização, nos transportes, na tecnologia empregada na produção e na comercialização⁴

A decadência cafeeira fluminense trouxe diversas conseqüências negativas para as diferentes áreas ligadas à sua produção, como na questão da mão-de-obra, no transporte da produção cafeeira (problemas tarifários nas ferrovias), na tecnologia empregada na produção/beneficiamento do café e na comercialização, com a derrocada dos comissários, como veremos nos parágrafos que seguem.

Em termos de mão-de-obra,⁵ com a abolição da escravidão, novos problemas são adicionados à decadência da cafeicultura: a remuneração do trabalho, além do problema de braços para a lavoura, pois houve uma evasão inicial de ex-escravos das unidades produtivas, desfalcando-as e acarretando em uma migração interna líquida de nacionais de 84.300 pessoas. Apesar de considerarmos que a manutenção total dos escravos não mais existia, a curto e médio prazo foram sentidos os sintomas da desorganização social, aumentando ainda mais a instabilidade dos grandes proprietários, dado que eles nunca possuíam grande quantidade de numerário para o pagamento de salários. A proposta de penhorar safras futuras como garantia de empréstimos era um risco para o levantamento dos mesmos. Vale também acrescentar que havia diversas combinações das formas de trabalho rural na maioria dos municípios pesquisados no *Questionário...* de 1910/1913 (cf. Santos & Mendonça, 1992: 18).

Foram tentadas várias formas de organização, demonstrando uma situação anômala ou deficitária, onde nenhum sistema ofereceu uma solução definitiva, sendo a carência de mão-de-obra o problema central desde então. Houve a tentativa de trazer mais imigrantes⁶ (pois no decorrer do século XIX todos os esforços para o Rio de Janeiro haviam malogrado, diferentemente de

4 Os parágrafos seguintes se baseiam largamente em Melo (1993), salvo indicações específicas.

5 Sobre a questão da mão-de-obra livre no Rio de Janeiro e em São Paulo, ver Camargo (1952) e Franco (1997).

6 Desde 1892 o Estado procurava trazer imigrantes europeus e asiáticos (que encontraram grande resistência na sociedade). Porém, esta primeira tentativa não se realizou, devido à Revolta da Armada em 1893 e à epidemia de cólera no Norte Fluminense nesse mesmo ano.

São Paulo, que atraiu levas cada vez mais crescentes⁷), a partir do aumento dos preços do café em 1896. Foram criados núcleos coloniais com sistema de meação. Entretanto, com o aumento dos estoques de café e a queda gradual dos preços, o Estado do Rio de Janeiro não levou avante essa política, que acabou em 1898.

Já a União instalou vários núcleos coloniais em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro (Visconde de Mauá e Itatiaia, na porção ocidental do Vale do Paraíba e não na zona pioneira do café, talvez tendo se constituído como mais uma tentativa de salvar a elite cafeeira endividada). Esses núcleos foram planejados para assentar imigrantes estrangeiros no país, mas acabaram, na verdade, fixando a população de brasileiros pobres (e isso ocorreu em todos os Estados cafeeiros, menos São Paulo).

Essas colônias fracassaram devido à falta de infra-estrutura e de comunicação com os centros consumidores, o que dificultava a venda da produção agropecuária. O insucesso também pode ser explicado pelo fato de que a imigração buscou suprir as necessidades de mão-de-obra da lavoura exportadora. Logo, os núcleos, que não se adaptavam a esse objetivo, não sobreviveram como economia de subsistência, como ocorreu no Estado do Rio de Janeiro.

Na primeira década do século XX, o governo estadual voltou a tentar incentivar as imigrações com as seguintes medidas:

i) Atração de imigrantes japoneses, que encontrou resistência dentro do próprio governo do Estado,⁸ porque eram vistos como um elemento transitório entre o escravo e o colono europeu, não chegando a ser concretizada;

7 “Considerando o período 1887/1930, entraram em São Paulo cerca de 2,5 milhões de imigrantes, dos quais, 280 mil brasileiros (nordestinos e mineiros, principalmente) e 85 mil japoneses. Dado que a ‘taxa de permanência’ (entradas – saídas/entradas) era de aproximadamente 30% - pode-se estimar em cerca de 850 mil, o número líquido de imigrantes para São Paulo. Entre 1920 e 1929, cresceriam muito a imigração de japoneses e de trabalhadores nacionais, que totalizam, respectivamente, 56 mil e 226 mil imigrantes” (Cano, 1998: 60-61). Sobre este assunto ver também Mello (1982).

8 “Direi, apenas, que esses colonos só servem para aqueles que ainda pensam na necessidade de um elemento transitório entre o braço escravo e o colono inteligente dos países adiantados da Europa (...)” (*Relatório apresentado ao Diretor do Serviço de Povoamento pelo Engenheiro Inspetor no Estado do Rio de Janeiro*, 1909: 204 apud Melo, 1993: 171).

ii) Fundação de uma pequena colônia no município de Teresópolis, por causa de um pedido do proprietário da Estrada de Ferro de Teresópolis (a instalação do núcleo se deu na fazenda dele);

iii) O Visconde de Quissamã tentou promover a imigração com colonos franceses numa fazenda de cana-de-açúcar, ao lado do Engenho Central, tendo adotado um contrato de parceria, mas não conseguindo fixar os colonos na região.

As tentativas frustradas relatadas acima demonstram a impotência do Estado do Rio de Janeiro em empreender uma política vigorosa para atrair imigrantes. Segundo Melo (1993), a

“política de fundação de núcleos de colonização na segunda década republicana foi traçada no bojo da crise da cafeicultura fluminense e do surgimento da pecuária e incentivo à diversificação agrícola do Estado, particularmente na zona do Vale Sul do Paraíba [porção ocidental do Vale do Paraíba]. Os núcleos criados pela União foram implantados em terras exauridas, com velhos cafezais e produtividade decrescente, em fazendas gravadas com pesadas dívidas sem nenhuma condição de competição com a lavoura cafeeira ou uma agricultura mercantil de milho e feijão. Por esta razão a política de imigração no Rio de Janeiro foi apenas uma retórica diante da fragilidade financeira do Estado para arcar com o seu ônus. A entrada de imigrantes foi bastante reduzida e os dados censitários de 1890, 1900 e 1920 acusam uma percentagem mínima de estrangeiros no Estado do Rio de Janeiro” (p. 172).

Sobre a expansão ferroviária fluminense, o Governo Imperial autorizou o funcionamento de várias pequenas ferrovias para atender aos interesses locais dos plantadores de café e dos nobres da Corte. Havia várias companhias ferroviárias que eram geridas caoticamente,⁹ tendo como consequência falências e incorporações sucessivas.

A partir de 1890, a questão tarifária torna-se mais intensa, apesar das tarifas sempre terem sido motivo de reclamações por parte dos fazendeiros, uma vez que o frete era pago por eles e não pelos que compravam as sacas de café.¹⁰ Isso piorou mais ainda quando eclodiu a crise cafeeira, pois os pedidos de redução dos fretes eram vistos como um problema para as empresas

9 Muitas dessas transações para concessão de exploração de serviços ferroviários (que previam doações de terras laterais às estradas de ferro e garantia de juros até 7% anuais sobre o capital aplicado) foram irregulares, com negociação de privilégios, custos artificiais, má qualidade dos serviços técnicos e falta de planejamento das linhas ao se definirem as concessões (cf. Melo, 1993: 143-144).

10 Para piorar a situação, o café pagava as tarifas mais caras, por ser o produto de maior valor transportado.

ferroviárias, que resistiam a essa diminuição, cuja consequência seria a redução de suas rendas.

Nessa mesma década processava-se a decadência das estradas de ferro do Estado do Rio de Janeiro, com encampação de várias companhias. Houve problema de desempenho dos ramais do Vale Sul do Paraíba, sendo que a queda só não foi absoluta por dois motivos: a substancial redução no custo de transporte e os vários ramais que foram conectados à Estrada de Ferro Central do Brasil.

Mesmo a zona pioneira do café fluminense não deixou de sofrer a crise, pois a política de incentivo ao investimento ferroviário, implantada no tempo do Império, se caracterizava por subsídios sobre o capital e não sobre o desempenho da ferrovia, explicando o motivo de algumas linhas terem apresentado traçados estranhos, seja para atender algum fazendeiro poderoso, seja para contornar obstáculos em vez de construir pontes e túneis – sem contar a utilização de materiais de construção de péssima qualidade (cf. Melo, 1993: 145).

Esses problemas, aliados à péssima gerência dessas companhias, levaram à formação da Leopoldina Railway em 1898, que incorporou as ferrovias instaladas nas zonas cafeeiras Serrana do Centro e do Norte Fluminense (ver Tabela 5).

Tabela 5
Ferrovias do Rio de Janeiro – 1907

Empresa	Extensão (km)	Regime de Propriedade
Rio do Ouro	114	União
Central do Brasil ^(a)	1.694	União
Leopoldina ^(b)	2.468	Estrangeira
Corcovado	4	Nacional Privada
União Valenciana	63	Nacional Privada
Bananal	28	Nacional Privada
Resende-Bocaina	39	Nacional Privada
Rio das Flores	53	Nacional Privada
Teresópolis	28	Nacional Privada
Sapucaí ^(c)	125	Nacional Privada
Maricá	61	Estrangeira
Vassourense	6	Nacional Privada

^(a) Abrange os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No Rio de Janeiro cerca de 380 km; ^(b) Abrange os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. No Rio de Janeiro cerca de 1.441 km; ^(c) Esta ferrovia mineira encampou as companhias Santa Isabel do Rio Preto e a Piraiense, a quilometragem da tabela corresponde a estes dois ramais.

Fonte: *Censo de 1907* e Melo (1993).

Contudo, a crise da cafeicultura fluminense não impediu a expansão da Leopoldina Railway, por causa do escoamento dos cafés mineiro e capixaba pelas suas linhas. A empresa foi aumentando gradativamente sua importância no transporte de café da região, ao mesmo tempo em que travou uma disputa contra os plantadores locais de café, que pediam menores tarifas¹¹ (para aliviar imediatamente a difícil situação da lavoura), dado que tinham o paralelo das tarifas mais baixas da Central do Brasil (que era do governo e cuja política de tarifas tinha como pressuposto a importância do transporte no desenvolvimento econômico da região).

Além da proposta acima, lançou-se uma política tarifária com a seguinte discriminação: fretes mínimos para os produtos exportados e instrumentos agrícolas e fretes máximos para os produtos importados, como uma forma de compensar os prejuízos resultantes de algumas mercadorias, sendo a receita constituída, então, da média geral dos fretes de transportes.

A Leopoldina Railway havia adjudicado cerca de 2.000 km, sendo metade no Rio de Janeiro, e seus contratos de concessão regiam-se por um só código de tarifas, datado de 1900, que, na visão dos plantadores, já se encontrava ultrapassado pela crise da lavoura e exigia modificações para facilitar o escoamento dos seus produtos.

Diante das reivindicações acima, em 1904 a Leopoldina (seguindo critério proposto pelo governo) reduziu as tarifas de alguns artigos de grande produção no Estado, como batatas, cereais, sal e cal. Contudo, a crise da economia cafeeira fluminense era sentida fortemente pelo setor ferroviário, que baseava seu transporte principalmente nesse produto.

Apesar da retomada da produção cafeeira no período 1913-1920, esse fato não conseguiu melhorar a situação das estradas de ferro privadas. A Leopoldina Railway entrou em disputa com a União e os Estados, ameaçando interromper seu tráfego, caso não a auxiliassem com apoio às suas tarifas. Porém, o governo federal, além de não apoiar a companhia ferroviária, usou sua política tarifária nas estradas de ferro estatais como instrumento de política econômica, tanto no favorecimento ao setor exportador como no incentivo à diversificação agrícola, com o intuito de baratear os gêneros alimentícios das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

11 O Estado do Rio de Janeiro não tinha poder para definir as tarifas na Leopoldina Railway, apenas nas ferrovias estatais.

Quanto à questão do uso da tecnologia na produção cafeeira, cabe destacar que esta ficou restrita ao uso das máquinas de beneficiamento, com as terras e técnicas de cultivo permanecendo praticamente os mesmos, sendo que o Estado de São Paulo se encontrava na frente no número de máquinas utilizadas, como podemos observar na Tabela 6.

Tabela 6
Número de estabelecimentos com máquinas para beneficiamento do café

Estados/ Províncias	1881		1920		Sacas beneficiadas por máquina em 1920 (média 1917-1920)
	Número	%	Número	%	
Rio de Janeiro	574	50	738	9	1.111
Minas Gerais	371	32	1.719	20	1.439
São Paulo	130	11	2.879	34	2.735
Espírito Santo	18	1	1.555	18	496
Bahia	-	-	882	10	168
Brasil	1.145	100	8.410	100	1.437

Fonte: Melo (1993).

No tocante à comercialização/financiamento da produção, percebemos uma mudança nesse setor a partir do final do século XIX, quando explode a crise da cafeicultura do Vale do Paraíba, levando muitos fazendeiros e comissários à falência.

Com a abolição da escravidão, a situação agrava-se ainda mais para o comissário, pois o capital de giro necessário aumenta muito devido às novas necessidades de pagamento de mão-de-obra, que necessitavam de maiores recursos monetários (maior liquidez). O comissário,¹² então o financiador dos fazendeiros, não mais conseguia suprir as novas necessidades de numerário dos fazendeiros, pois tornou-se também dependente de financiamentos, que escasseavam naquele momento, dada a falta de bancos que estivessem dispostos a correr riscos com a lavoura cafeeira em decadência (cf. *Mensagem...*, 1902: 50).

Com o encurtamento das distâncias devido à expansão ferroviária e com a queda dos preços do café em 1890, esta estrutura comercial foi

12 Por quase todo o século XIX, o comércio de café era dividido em três “etapas”, compostas pelos seguintes elementos: o comissário; o ensacador, que misturava os diversos tipos de café, além de ensacá-los e vendê-los para as casas exportadoras, última etapa da comercialização.

colocada em xeque. “Esta intermediação implicava num aumento dos custos de produção e conseqüentemente na diminuição das margens de lucro que recebiam os plantadores e exportadores. Comissários tentavam eliminar o ensacador e os exportadores por sua vez viajaram para o interior para concentrar em suas mãos estas etapas de comercialização do café” (Melo, 1993: 192-193).

Na tentativa de resistir à concentração das casas exportadoras no comércio, os comissários criaram em 1901 o Centro de Comércio do Café, com o fim de unir forças de maneira coordenada, mas que se mostrou inócuo para reverter o avanço dos exportadores, que eram, na sua maioria, norte-americanos, ingleses e alemães. A decadência cafeeira fluminense contribuiu também para enfraquecer os comissários na tentativa de diversificação de suas atividades.¹³

Vale acrescentar que a crise da lavoura cafeeira fluminense repercutiu negativamente nos negócios do Porto do Rio de Janeiro, que perde sua liderança para o Porto de Santos como o principal porto exportador e do total do comércio exterior, passando para o segundo lugar. Contudo, a riqueza da antiga capital federal, juntamente com a tradição de seu comércio importador, contribuiu para que a cidade do Rio de Janeiro continuasse na liderança das importações de produtos estrangeiros e que até aumentasse sua participação, passando de 26% em 1893 para 46% em 1920 do total dos produtos importados pelo Brasil (lembrando que o Porto do Rio de Janeiro era o centro distribuidor de produtos importados para o mercado interno, papel que já havia se consolidado desde 1870).¹⁴

Quanto à queda nas exportações do porto carioca, é válido colocar a observação de Melo (1993: 199): “É evidente que a migração das plantações de café para o Oeste Paulista foi determinante na perda de importância da função mercantil da cidade do Rio de Janeiro e (...) que também a ferrovia ao penetrar mais fundo no interior de Minas Gerais e integrar a zona Sul Mineira na economia cafeeira desviou exportações da região para o porto de Santos.”

13 Vale aqui colocar que em Santos, diferentemente do Rio de Janeiro, as firmas exportadoras estavam nas mãos de brasileiros, devido não só ao esplendor cafeeiro paulista (cf. *Mensagem...*, 1902: 50), mas também à ausência da figura do ensacador nessa praça, permitindo maior acumulação das casas comissárias paulistas.

14 É provável que esse aumento tenha tido como causa as importações de insumos e bens de capital para a expansão da indústria.

A produção agrícola não-cafeeira

Conforme afirmamos, o governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a situação difícil de suas finanças causada pela crise da cafeicultura, lança mão de uma política de diversificação agrícola.

Além da análise da diversificação, faremos uma pequena discussão historiográfica sobre os desdobramentos da decadência da cafeicultura fluminense.

Podemos observar que autores como Cano (1998, 1985) e Pignaton (1977) afirmam que, após a abolição, houve uma decadência do campo, com terras deterioradas, não permitindo uma retomada, em bases capitalistas, da produção cafeeira. Segundo Cano (1985: 295), a agricultura acompanha de certa forma a derrocada cafeeira, perdendo sua posição, ao cair de 5,7% na participação da produção nacional de lavouras, em 1919, para apenas 3,8% em 1939. Já Pignaton (1977) afirma que as alternativas encontradas à derrocada foram a pecuária extensiva e de baixa produtividade ou a monocultura da cana de açúcar no Norte Fluminense, mostrando um quadro de decadência do campo.

Outro grupo de autores afirma que houve, com a eclosão da crise da cafeicultura fluminense, tentativas de diversificação agrícola, que se verificaram a partir da década de 1890. Mendonça (1977) diz que a diversificação agrícola do Estado do Rio de Janeiro foi um fato importante, mas que ficou muito longe da predominância do café e que foi tentada para salvar a região da crise do café e as finanças estaduais. Na visão de Santos & Mendonça (1985), o governo fluminense procurou atuar em prol da diversificação agrícola, como forma de baratear o custo de reposição da força de trabalho urbana e para a neutralização dos efeitos da reduzida capacidade de importar da economia fluminense, devido ao declínio da produção e dos preços do café. Essa política regional de diversificação agrícola veio, então, como uma resposta à crise cafeeira de 1896. Após 1906, vemos a continuação do estímulo à policultura e apoio à pecuária. Houve também o estímulo às indústrias que consumissem matérias-primas oriundas da agropecuária fluminense, sendo que a partir de 1910 a esfera federal, através do Ministério da Agricultura, se empenharia numa campanha em prol do policultivo.¹⁵ Ferreira (1994), utilizando os dados contidos nas *Mensagens do Presidente*

15 Ferreira (1994) utiliza as argumentações dessas autoras para analisar a economia fluminense na República Velha em sua obra.

do Estado do Rio de Janeiro (que são os mesmos que utilizamos mais adiante), segue a posição das duas autoras anteriores, afirmando, porém, que o café volta a aumentar a partir da década de 1920 sua participação na economia do Estado, chegando a afirmar que ocorreu um *boom*, para logo mais à frente dizer que não foi da mesma dimensão do passado. Ao nosso ver isso se constitui num exagero porque o café, na verdade, aumenta sua participação novamente por causa da expansão dos plantios, mas sem sair de sua condição decadente (como vimos anteriormente).

Melo (1993) sustenta que as tentativas de diversificação agrícola foram malogradas e que o café é que realmente dominou a economia fluminense até 1930, mesmo sofrendo uma morte lenta.

Levy (1988) critica a idéia de lavoura cafeeira escravista decadente, pois, segundo ela, o Norte Fluminense despontou com novas áreas de cultivo já baseadas no trabalho livre, não implicando na afirmação de que existiu uma agricultura dinâmica, mas que, segundo a autora, as interpretações que só vêem o declínio do Vale do Paraíba são insuficientes. Vale também afirmar que a autora viu, após a crise da economia cafeeira do Vale do Paraíba, uma tendência à diversificação agrícola, com o apoio do Governo do Estado, constituindo-se numa reação a essa crise. Na nossa visão, a cafeicultura continuou no Estado do Rio de Janeiro como conseqüência das políticas de valorização, mas mantendo sua lenta agonia (como já afirmamos) e a diversificação agrícola veio como uma tentativa de salvar as finanças estaduais, mostrando aí a situação combatida do café.

Passando para a análise das informações obtidas em nossas pesquisas, podemos observar que, nas Mensagens do Presidente do Estado do Rio de Janeiro, essa preocupação com a diversificação começa a ocorrer na década de 1890, mais precisamente a partir da Mensagem de 1896, onde se propõe a transformação gradual e progressiva da monocultura extensiva em policultura intensiva. Para isso, foram criados centros agrícolas, estações agronômicas, núcleos coloniais, distribuídos adubos químicos, sem lucro para o Estado, além do saneamento da Baixada Fluminense e do incentivo à pecuária extensiva, principalmente nas terras da porção ocidental do Vale do Paraíba (que seria repetidamente lembrado nas mensagens seguintes).

Os primeiros resultados aparecem no decorrer da primeira década do século XX, com a multiplicação de culturas, que apresentaram um desenvolvimento relativamente considerável.

O governo estadual incentivou essa diversificação agrícola através da distribuição, via prefeituras municipais e em larga escala, de sementes de milho americano e argentino, de algodão de Pernambuco, Egito e São Paulo, de cacau da Bahia, do Pará e do Amazonas, de feijão de várias localidades dos Estados Unidos, de maniçoba do Ceará e da Bahia, de favas diversas, de arroz da Carolina, Maranhão e Piemonte, de cebolas e alhos da Alemanha, de batatas portuguesas, de fumo, e de videiras, com preferência das melhores qualidades e várias plantas forrageiras, como podemos encontrar na Mensagem de 1906, que também registra plantações de maniçoba em Piraí, Itaperuna, de cacau em Santa Maria Madalena e municípios vizinhos e algodão em S. Pedro d'Aldeia, de “pouca quantidade, mas de boa qualidade” (cf. *Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro*, 1906: 16).

Em 1907 destacou-se a cultura do arroz, contando com perspectiva de exportação do excedente, além dos cereais já contarem com o mesmo, embora fosse difícil encontrar mercado para estes. Na mensagem desse ano, o Presidente do Estado propõe aumentar ainda mais a diversificação agrícola através do incentivo à fruticultura, para a fabricação de doces, como forma de reanimar a lavoura e ampliar o mercado das usinas fluminenses de açúcar.

Em 1908, o arroz atingiu bom desenvolvimento, chegando a ser exportado. Essa cultura apresentava produção com modernos processos de plantio, tratamentos, colheita e beneficiamento mecânicos, além de contar com boa água de rios e córregos abundantes para a irrigação e também terrenos sedimentares e argilosos, ideais para essa plantação. Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento desse cereal foi a adoção de um imposto extremamente módico.

Em 1909, a produção de açúcar aumenta, não acontecendo o mesmo na fabricação da aguardente e do álcool, chegando até a diminuir as cifras de exportação. A cultura dos cereais aumenta e as exportações apresentam quadro animador. Destacamos o arroz, feijão e milho, com sensíveis aumentos nas quantidades exportadas, assim como as de fubá e da farinha, derivados da mandioca. Segundo o Presidente do Estado, das “culturas da pequena lavoura que em grande parte concorre para o abastecimento do mercado da Capital da República, só não apresenta aumento a produção de batatas e frutas; os demais produtos, legumes, aves, ovos, palmitos, etc., assinalam maiores cifras que as do ano anterior” (*Mensagem...*, 1909: 57).

Em 1916 ocorreu um renascimento da lavoura de cana de açúcar no Norte Fluminense, principalmente no município de Campos, que se

transforma com os lucros dessa atividade. Nessa Mensagem é registrada o ensaio de novas culturas, dentre elas a do algodão, a de fibras têxteis, fumo e trigo. Os vários gêneros da policultura fluminense contribuíram para metade das exportações, destacando-se o feijão, o arroz e a farinha de mandioca. Vale destacar também o crescimento das exportações de frutas e a redução da taxa de exportação desses gêneros, além da promoção, junto às companhias de navegação, de redução de tarifas para os embarcadores do exterior.

A política de incentivo por parte do governo estadual continuou, pois foram distribuídas toneladas de sementes em 1919, destacando-se 10 toneladas de sementes de algodão herbáceo *Big Ball* e *Webber* e 15 toneladas de sementes selecionadas de feijões de cores, trigo, aveia, centeio, cevada, amendoim, batata inglesa, milho, capim gordura e mamona.

Porém, apesar desse aumento da policultura, o Presidente do Estado do Rio de Janeiro, na sua mensagem de 1924, chama a atenção para a fase embrionária em que ainda se encontram os serviços oficiais de fomento à agricultura, à proteção e ao desenvolvimento da pecuária, apesar dos incentivos. Os órgãos oficiais de apoio à diversificação agrícola são em número e qualidade insuficientes e precários. O Presidente defende, então, a criação de estabelecimentos experimentais e de demonstração, a fim de melhor preparar o agricultor no “emprego de variedades aperfeiçoadas de plantas, sementes selecionadas, rotação de culturas, preparação racional do solo, adubação, aperfeiçoamento de diversas raças e tudo enfim que, de moderno e vantajoso, existe em tal assunto” (*Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro*, 1924: 100).

Ou seja, podemos constatar de uma maneira geral que a diversificação agrícola foi uma tentativa de “salvar” as finanças do governo estadual, mas que surtiu pouco efeito, pois a cafeicultura continuou dominando a economia fluminense (tanto na produção física quanto na arrecadação de impostos), mesmo com a sua lenta decadência. Percebe-se nas Mensagens que alguns gêneros agrícolas apresentaram um desenvolvimento razoável, no mínimo, pois chegaram a exportar seus excedentes, proporcionando um crescimento das quantidades exportadas e da participação nas receitas do imposto de exportação, ficando, contudo, muito longe do desempenho da produção cafeeira (ver Tabelas 7, 8 e 9). Isto nos leva a entender a motivação do governo para incentivar a policultura em quase todas as mensagens do período analisado, seja na distribuição de sementes, seja no apoio aos agricultores (não obstante as autoridades reconhecerem

como sendo aquém do ideal) com o ensino do uso das técnicas e do uso de modernas máquinas agrícolas, além de reduções nas tarifas de exportação (como nas frutas, por exemplo).

Com relação à pecuária, as Mensagens nos mostram que houve também uma política de incentivo para esse setor, sendo que a maior área produtora se localizava na porção ocidental do Vale do Paraíba, dadas as condições devastadas de boa parte de sua terra, vítima da expansão cafeeira feita de forma predatória, com a terra não se prestando a nenhum outro tipo de uso a não ser para pastagens.

Tabela 7
Exportações internas de café e dos principais produtos da dieta alimentar
(em toneladas)

Produtos	Média anual do período			
	1891/1900	1901/1910	1911/1920	1921/1930 ^(b)
Café	54.660,0	63.719,3	48.720,0	56.700,0
Açúcar	14.750,0 ^(a)	22.233,1	48.665,3	34.208,3
Arroz	-	789,1	931,3	1.194,6
Feijão	-	2.183,6	2.944,4	1.023,5
Farinha de Mandioca	-	5.051,0	3.408,7	1.649,0
Batata	-	558,2	2.328,9	3.204,8
Milho	-	2.063,5	31.247,8	13.883,5
Legumes e Frutas	-	8.434,5	28.961,2	37.259,6

^(a) Médias de 1895 a 1900. ^(b) Médias de 1921, 1924 e 1926. (-) Dado não disponível.

Fonte (dados brutos): *Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro* (vários anos), Mendonça (1977), Fraga (1963) e Cano (1985).

Tabela 8
Índices de crescimento físico das exportações do café e dos principais produtos da dieta alimentar (base 1901-1910=100)

Produtos	Anos		
	1901-1910	1911-1920	1921-1930
Café	100	81,6	95,0
Açúcar	100	207,9	146,2
Arroz	100	118,0	151,4
Feijão	100	134,8	46,9
Farinha de Mandioca	100	67,5	32,6
Batata	100	417,2	574,1
Milho	100	1514,3	672,8
Legumes e Frutas	100	343,7	441,7

Fonte: Vieira (2000).

Tabela 9
 Receita do imposto sobre exportação do café e dos principais produtos da dieta alimentar
 (em contos de réis)

Produtos	Média anual do período							
	1891/1900		1901/1910		1911/1920		1921/1930 ^(b)	
	Contos	%	Contos	%	Contos	%	Contos	%
Café	8.940	44,5	2.768	90,1	2.979	76,2	10.177	85,7
Açúcar	11.164 ^(a)	55,5	193	6,3	763	19,5	1.360 ^(c)	11,4
Arroz	-	-	3	0,1	5	0,1	11	0,1
Feijão	-	-	5	0,2	11	0,3	14	0,1
Farinha de Mandioca	-	-	8	0,3	10	0,2	8	0,1
Batata	-	-	1	0,0	6	0,1	9	0,1
Milho	-	-	44	1,4	68	1,7	93	0,8
Legumes e Frutas	-	-	48	1,6	91	2,3	206	1,7
Total	20.104	100,0	3.070	100,0	3.910	100,0	11.878	100,0

^(a) Média de 1895 a 1900. ^(b) Médias de 1921, 1924 e 1926. ^(c) Médias de 1921, 1923, 1924 e 1926.

(-) Dado não disponível.

Fonte (dados brutos): *Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro* (vários anos).

Considerações finais

Fazendo um confronto do resultado de nossas pesquisas com a discussão historiográfica sobre o tema, podemos tirar as seguintes conclusões:

i) Mesmo com a eclosão da crise da cafeicultura fluminense a partir de 1882, as autoridades do Governo da Província do Rio de Janeiro não pensaram imediatamente em diversificação agrícola, dado que os preços se sustentaram até 1896, quando se delineou, então, um quadro de superprodução e grande queda de preços, passando a diversificação agrícola a fazer parte do rol de preocupações das autoridades do agora Estado do Rio de Janeiro;

ii) A diversificação agrícola, apesar de ter ocorrido, não conseguiu superar o domínio que o café continuou exercendo na economia fluminense até 1930, a despeito da derrocada deste;

iii) Houve também o desenvolvimento da pecuária extensiva, que contou com o apoio das autoridades estaduais.

Fontes e Bibliografia

Fontes

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1936.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1939/1940.

ANUÁRIO Estatístico do Café. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934 e 1939/1940.

ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1987.

MENSAGENS dos Presidentes do Estado do Rio de Janeiro apresentadas à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, para os anos de 1892 a 1930.

RECENSEAMENTO realizado em 1º de setembro de 1920 (Censo de 1920). Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1921.

SÉRIES Estatísticas Retrospectivas. v. 1 - Repertório Estatístico do Brasil - Quadros Retrospectivos (separata do Anuário Estatístico do Brasil - Ano V - 1939/40). Edição fac-similar (original publicada em 1941). Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

SÉRIES Estatísticas Retrospectivas (Censo de 1907). v. 2 - O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias. Tomo 2 - Indústria Agrícola. Edição fac-similar (original publicado em 1908). Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

SÉRIES Estatísticas Retrospectivas (Censo de 1907). v. 3 - O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias. Tomo 3 - Indústria de Transporte e Indústria Fabril. Edição fac-similar (original publicado em 1909). Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

Bibliografia

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial de São Paulo*. 4. ed. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1998.

_____. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 291-306, maio/ago. 1985.

CONCEIÇÃO, Carlos. *2º centenário do cafeeiro no Brasil: história da irradiação e decadência do café no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pap. Mello, 1927.

CORREIA, Heloisa Serzedelo. *Nova Friburgo: o nascimento da indústria (1890-1930)*. Niterói: UFF. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1985. (Dissertação, Mestrado em História).

- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- DELFIN NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Brasília: Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.
- ETESSE, M. A cultura cafeeira no Brasil. *Revista do Instituto de Café do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano VII, v. XV, 1º semestre, n. 64, jan. 1932.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1977. (Dissertação, Mestrado em História).
- _____. Política e poder no Estado do Rio de Janeiro na República Velha. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, UFF, v. 1, n. 1, 1985.
- _____. *Em busca da idade do ouro: as elites fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994. 167p.
- FRAGA, Constantino C. Resenha Histórica do Café no Brasil. *Boletim da Divisão Econômica Rural*, São Paulo, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, v. 10, n. 1, 1963.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. 242p.
- GOMES, Ângela Maria de Castro, FERREIRA, Marieta de Moraes. *Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988. 73p.
- LAERNE, Van Delden C. F. *Brazil and Java: report on coffee culture in America, Asia and Africa to H. E. the Minister of the Colonies*. London: W. H. Allen, 1885.
- LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro: UFRJ. Instituto de Economia, 1988. (Tese, Professor Titular da FEA/UFRJ).
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, senhores e café. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888*. Niterói: Clube de Literatura Cromos, 1993. 144p.
- MARTINS, Marcelino, JOHNSTON, E. *150 Anos de Café*. São Paulo: Salamandra Consultoria Editorial S.A., 1992.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

- MELO, Hildete Pereira de. *Formação histórica da economia do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 1985. 73p. (Mimeogr.).
- _____. *O café e a economia do Rio de Janeiro (1888/1920)*. Rio de Janeiro: UFRJ. Instituto de Economia, 1993. (Tese, Doutorado em Economia).
- _____. O Rio de Janeiro e o mercado mundial de café (1890-1914). *Revista do Rio de Janeiro/UERJ*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, II semestre de 1993.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1977. (Dissertação, Mestrado em Economia).
- _____. *Ruralismo: agricultura, poder e Estado na Primeira República*. São Paulo: USP, 1989. (Tese).
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- SANTOS, Ana Maria dos. *Agricultural reform and the idea of decadence in the State of Rio de Janeiro*. Austin: University of Texas, [s.d.]. (Thesis, Ph.D.).
- _____, MENDONÇA, Sônia Regina. Intervenção estatal e diversificação agrícola no Estado do Rio de Janeiro (1888/1914). *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, UFF, v. 1, n. 2, 1986.
- _____. A economia agrícola fluminense: 1910/1920. *Cadernos do ICHF*, Niterói, ICHF/UFF, n. 47, nov. 1992.
- STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- _____. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- TANNURI, Luiz Antonio. *O encilhamento*. Campinas: Unicamp. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1977. 141p. (Dissertação, Mestrado em Economia).
- TAUNAY, Affonso de E. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939-1943.
- _____. *Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.
- VIEIRA, Wilson. *Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860-1930)*. Campinas: Unicamp. IE, 2000. (Dissertação, Mestrado).